



MUNICÍPIO DE BARRANCOS

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO

Procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior (Licenciatura em Ciências da Educação), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

1 – Para os efeitos do disposto no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo, pela Lei n.º 35/2014, de 20/6, na sua redação atual, e do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019 de 30/4, torna-se público que, por meu despacho n.º 12/VP/2020, de 27/7, em cumprimento da deliberação nº 048/CM/2020, de 28/5, encontra-se aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do extrato em Diário da República, o procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior (Licenciatura em Ciências da Educação), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, previstos no mapa de pessoal do Município de Barrancos para o ano de 2020.

2 - De acordo com a solução interpretativa uniforme da Direção-Geral das Autarquias Locais, de 15 de maio de 2014, devidamente homologada por sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014, “as autarquias locais, não têm de consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação”.

2.1 - Na Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo não está constituída a EGRA.

3 – Caracterização do posto de trabalho: Para além do constante no anexo a que se refere o nº 2 do artigo 88º da Lei 35/2014, de 20/6, o posto de trabalho a concurso, caracteriza-se pelo exercício das funções descritas no Mapa de Pessoal do Município de Barrancos para o ano de 2020, na carreira e categoria de Técnico Superior.

3.1 – Referência A - Licenciatura em Ciências da Educação: Assegurar as competências ou funções transversais no domínio da educação e da ação social escolar; Participar na elaboração, acompanhamento, execução e monitorização de projetos passíveis de cofinanciamento nacional ou comunitário; Conceber, planificar e avaliar o funcionamento de atividades educativas e formativas, tanto formais como informais; Desenvolver processos educativos e formativos, atividades de natureza cultural, social e económica, onde seja determinante a dimensão educativa e formativa; Desenvolver as tarefas necessárias para um contributo ativo no

desenvolvimento de políticas municipais de apoio na área da empregabilidade e outras políticas sociais afins.

4 – Local de trabalho – na Unidade de Ação Sociocultural (UASC/CMB), sem prejuízo das deslocações inerentes à função. Os trabalhadores poderão cumprir a jornada diária de trabalho em mais de um local de trabalho, tendo que suportar os custos inerentes a estas deslocações.

5 – Posição remuneratória de referência – 2.^a posição remuneratória da carreira de Técnico Superior, nível remuneratório 15 da Tabela Remuneratória Única, cujo vencimento base para o corrente ano é de € 1.205,08.

6 – Horário de Trabalho - O período normal de trabalho diário poderá ser fracionado ao longo do dia, perfazendo um total de 35 horas/semana.

7 – O presente aviso rege-se pelo disposto na LTFP; Portaria n.º 125-A/2019 de 30/4 (adiante designada por Portaria); Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31/7; Portaria n.º 1553-C/2008, de 31/12; Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3/2 e Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7/1.

8 – O recrutamento far-se-á de acordo com o estipulado no artigo 29.º da Portaria.

9 – Cessação do procedimento concursal – O procedimento cessa nos termos do artigo 30.º da Portaria.

10 – Requisitos de admissão – ao referido procedimento concursal poderão concorrer indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, reúnam os seguintes requisitos:

10.1 – Requisitos gerais – constantes do artigo 17.º da LTFP:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição da República Portuguesa, convenção internacional ou lei especial;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

10.2 – Referência A - Requisitos habilitacionais: Licenciatura em Ciências da Educação, não sendo possível substituir as habilitações exigidas por formação ou experiência profissional.

10.3 – Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e não se encontrando em

mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço, idênticos àquele para cuja ocupação se publicita o presente procedimento concursal.

11 – Formalização da candidatura – A apresentação da candidatura deverá ser formalizada em suporte de papel, em formulário tipo, devidamente preenchido e assinado, disponível no *site* oficial www.cm-barrancos.pt e poderá ser entregue na Secção de Recursos Humanos e Administração Geral do Município de Barrancos (UAF/SRHAG), de 2.^a a 6.^a feira, ou remetido por correio, registado, com aviso de receção para o endereço Praça da Município, nº 2, 7230-030 Barrancos, até à data limite fixada no presente aviso e acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Certidão, original ou autenticada, das habilitações literárias;
- b) Currículo profissional detalhado, datado, rubricado e assinado (o não cumprimento deste requisito será motivo de exclusão);
- c) Fotocópia legível de documento comprovativo da formação profissional frequentada e relacionada com o conteúdo funcional do posto de trabalho;
- d) Declaração emitida pelos serviços competentes a que o candidato pertence, atualizada, da qual conste: a relação jurídica de emprego público detida; a carreira e categoria de que é titular; antiguidade na carreira e no exercício de funções públicas com a atividade que executa, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado; órgão ou serviço onde exerce funções e a posição remuneratória detida (para os candidatos titulares de uma relação jurídica de emprego público);
- e) Documento comprovativo de experiência profissional, onde conste o tempo de serviço, quando aplicável;
- f) Declaração de avaliação de desempenho (qualitativa e quantitativa) no exercício de funções públicas obtida nos biénios de 2013/2014, biénio de 2015/2016, biénio de 2017/2018, ou a declaração da sua inexistência, bem como a indicação da carreira onde foi efetuada a avaliação (para os candidatos titulares de uma relação jurídica de emprego público).

11.1 – Os candidatos devem preencher devidamente o formulário tipo de candidatura, sob pena de exclusão.

11.2 – Os candidatos podem ainda mencionar eventuais circunstâncias, devidamente comprovadas, que considerem ser relevantes para apreciação do seu mérito ou constituírem motivo de preferência legal, sendo as falsas declarações prestadas punidas nos termos da lei.

11.3 – A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos legalmente exigidos (ponto 10.1; 10.2; 10.3; 11 e 11.1), que impossibilitem a admissão ou avaliação dos candidatos, determina a sua exclusão do procedimento.

11.4 - Não serão aceites candidaturas enviadas por via eletrónica.

12 – Composição do júri – nos termos dos artigos 12.º e 13.º da Portaria:

Presidente: José Miguel Parrinha Martins, Técnico Superior da Câmara Municipal de Beja.

Vogais efetivos:

Lídia da Conceição Caçador Segão, Técnica Superior da UASC/CMB, que substitui o júri nas suas faltas e impedimentos e Francisco José Pelicano Rubio, Técnico Superior da UAF/CMB.

Vogais suplentes:

Lurdes Mendes Saramago Agulhas, Chefe da UAF/CMB e Jacinto Domingues Mendes Saramago, Técnico Superior da UASC/CMB.

13 – Métodos de Seleção: Serão aplicados os seguintes métodos de seleção:

1) PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS

A Prova de Conhecimentos (PC) visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou, profissionais e as competências técnicas dos candidatos, necessárias ao exercício da função, incluindo o adequado conhecimento da Língua Portuguesa.

A prova será de realização individual, sendo a sua valoração expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se a sua valoração até às centésimas, sendo eliminatória para as classificações inferiores a 9,50 valores.

A prova terá a forma escrita, de natureza teórica, com duração máxima de 90 minutos, sendo constituída por questões de escolha múltipla, de desenvolvimento e de pergunta direta versando sobre os conteúdos, temáticas, bibliografia e legislação abaixo discriminados:

Tema 1 – Relação jurídica de emprego público e disciplina: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas: Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, na sua redação atual; Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro na sua redação atual.

Tema 2 – Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, publicado no Diário da República, II Série, n.º 70, de 10/04/2015.

Tema 3 – Código do Procedimento Administrativo: Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na redação atual.

Tema 4 - Temas específicos das autarquias locais: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico e respetivas alterações.

A legislação em suporte papel poderá ser objeto de consulta durante a realização da prova, desde que não anotada.

2) AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A avaliação psicológica (AP) visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidades e competências dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação as exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definidos, sendo valorada da seguinte forma:

- a) Em cada fase intermédia do método, através das menções classificativas de Apto e Não Apto;
- b) Na última fase do método, para os candidatos que o tenham completado, através dos níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

3) ENTREVISTA PROFISSIONAL DE SELEÇÃO

A entrevista profissional de seleção (EPS) visa avaliar a experiência profissional e aspetos comportamentais, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal, valorando-se cada um dos parâmetros.

A classificação a atribuir a cada parâmetro de avaliação resulta da votação nominal e por maioria, sendo o resultado final obtido através de média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar.

4) AVALIAÇÃO CURRICULAR

A avaliação curricular (AC) visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas, apenas quando o candidato tiver cumprido ou executado atribuição, competência ou atividade idênticas à do posto de trabalho a ocupar.

5) ENTREVISTA DE AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

Entrevista de avaliação das competências (EAC), visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. O método permitirá uma análise estruturada da experiência, qualificações e motivações profissionais, através de descrições comportamentais ocorridas em situações reais e vivências pelo candidato. Para esse efeito será elaborado um guião de entrevista composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o seguinte perfil de competências:

ORDENAÇÃO FINAL

A ordenação final (OF) será obtida através da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção e será expressa numa escala classificativa de 0 a 20 valores, de acordo com a seguinte fórmula:

$$OF = (PC \times 45\%) + (AP \times 25\%) + (EPS \times 30\%) / 3$$

ou

Opção por métodos de seleção - Nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 36.º da LTFP, exceto quando afastados, por escrito, pelos candidatos que estejam a cumprir ou executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa ou, tratando-se de candidatos colocados em situação de requalificação que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou

atividade caracterizadoras dos postos de trabalho para cuja ocupação o procedimento foi publicitado, os métodos de seleção a utilizar para estes candidatos são os seguintes:

$$OF = (AC \times 30\%) + (EAC \times 40\%) + (EPS \times 30\%) / 3$$

Em que:

OF = Ordenação final

PC = Prova escrita de conhecimentos

AP = Avaliação psicológica

EPS = Entrevista profissional de Seleção

AC = Avaliação Curricular

EAC = Entrevista de Avaliação de Competências

13.2 – Cada um dos métodos de seleção é eliminatório pela ordem enunciada no presente aviso, considerando-se excluídos os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de seleção, não lhe sendo aplicado o método seguinte.

14 - Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de seleção constarão de ata de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos legítimos interessados, sempre que solicitadas e para efeitos de consulta.

15 – A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, afixada nas instalações desta CMB e divulgada na página eletrónica do Município (www.cm-barrancos.pt), sendo os candidatos aprovados em cada método convocados para a realização do método seguinte, no prazo do estipulado no artigo 24.º e por uma das formas prevista no artigo 10.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30/4.

16 – De acordo com o disposto no artigo 22.º da Portaria, os candidatos excluídos serão notificados, por uma das formas prevista nos termos do artigo 23.º da Portaria, para a realização da audiência dos interessados.

17 – Os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, constam de atas do júri, sendo as mesmas facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

18 – A lista unitária de ordenação final dos candidatos admitidos, após homologação, é afixada nas instalações desta Câmara e divulgada na página eletrónica do Município (www.cm-barrancos.pt), sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicação.

19 - Em caso de igualdade de valoração entre os candidatos, os critérios de preferência a adotar serão os previstos no artigo 27.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

20 – Nos casos em que, após a aplicação do artigo 27.º da Portaria, subsistam empates entre os candidatos, serão aplicados os seguintes critérios de desempate: Média final do nível habilitacional detido ou maior grau de habilitação.

21 – A quota de emprego para os candidatos com deficiência procede-se nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 29/2001, de 3/2.

22 – Para efeitos de admissão ao procedimento concursal, de acordo com o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3/2, os candidatos com deficiência devem declarar, juntando documento comprovativo da deficiência, quando formalizarem a sua candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência.

23 – Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Paços do Município de Barrancos, 31 de julho de 2020

A Vice-Presidente da Câmara Municipal,



/Manuela Lopes/